

**Rumo ao interior:** móveis e objetos numa escola rural de Antônio Prado/RS (1899 - 1912)

Terciane Ângela Luchese<sup>1</sup>  
Manuela Ciconetto Bernardi<sup>2</sup>

**RESUMO**

Os caminhos percorridos – produção, circulação e distribuição – de móveis e objetos escolares, de sua feitura ao espaço de uma sala de aula localizada no interior do Rio Grande do Sul, mais precisamente no município de Antônio Prado, são o foco do presente texto. A análise documental histórica das evidências apresentadas no livro de registros de inventário da 5ª aula pública mista, entre os anos de 1907 e 1910, somada às correspondências, jornais, relatórios de intendentess e fotografia, compõem a empiria pensada à luz das contribuições da História Cultural e da História da Educação. As minúcias do cotidiano escolar rural do início do século XX, na Serra Gaúcha, são pensadas pelas materialidades possíveis e disponíveis no interior da 5ª aula pública de Antônio Prado, em que lecionava a professora Natalina Maeffer. A artesanania e a industrialização de objetos e móveis escolares produzidos e distribuídos por meio da ação do poder público, com interdições da comunidade local, permitem pensar atravessamentos e nuances que matizaram o cotidiano daquela escola rural.

**Palavras-chave:** Móveis e objetos escolares. Cultura material. Escola rural.

---

1 Doutora em Educação. Professora nos Programas de Pós-Graduação em Educação e em História da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bolsista produtividade científica do CNPq e pesquisador gaúcho, FAPERGS. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6608-9728>. Email : [taluches@ucs.br](mailto:taluches@ucs.br).

2 Bibliotecária. Mestranda no Programa De Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bolsista do Programa PROSUC/CAPES. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0130-4845>. Email: [mcbernardi1@ucs.br](mailto:mcbernardi1@ucs.br).

**Towards the countryside:** furniture and objects at a rural school in Antônio Prado / RS (1899-1912)

**ABSTRACT**

The paths taken - production, circulation and distribution - of school furniture and objects, from their making to the space of a classroom located in the countryside of Rio Grande do Sul, more precisely in the town of Antônio Prado, are the focus of the present text. The historical documentary analysis of the evidence presented in the inventory book of the 5th mixed public class, among the years 1907 and 1910, added to the correspondence, newspapers, reports of intendants and photography, compose the empiry thought in the light of the contributions of Cultural History and of the History of Education. The minutiae of the rural school routine in the beginning of the 20th century in the Serra Gaúcha are thought by the possible and available materialities and within the 5th public class of Antônio Prado, where the teacher Natalina Maeffer taught. The craftsmanship and the industrialization of school objects and furniture produced and distributed through the action of the public power, with interdictions from the local community, allow us to think about crossings and nuances that colored the daily life of that rural school.

**Keywords:** School furniture and objects. Material culture. Rural school.

**Hacia el interior:** muebles y objetos en una escuela rural de Antônio Prado /RS (1899-1912)

**RESUMEN**

Los caminos recorridos – producción, circulación y distribución – de muebles y objetos escolares, de su elaboración de acuerdo con el espacio de una aula ubicada en el interior de Rio Grande do Sul, más precisamente en el Ayuntamiento de Antônio Prado, son el enfoque del presente texto. El análisis documental histórico de las evidencias presentadas en el libro de registros de inventario de la Quinta escuela pública mixta, entre los años de 1907 a 1910, sumada a las correspondencias, los periódicos, los informes de alcaldes y la fotografía, componen el conjunto de fuentes considerado a la luz de las aportaciones de la Historia Cultural y de la Historia de la Educación. Las minucias del vivir cotidiano escolar rural del inicio del siglo XX en la sierra de Rio Grande do Sul son pensadas

por las materialidades posibles y disponibles en el interior de la Quinta escuela pública de Antônio Prado en la que enseñaba la profesora Natalina Maeffer. La artesanía y la industrialización de muebles y objetos escolares producidos y distribuidos por medio de la acción del poder público, con interdicciones de la comunidad local, permiten pensar en los obstáculos y los matices que caracterizaron el vivir cotidiano de aquella escuela rural.

**Palabras clave:** Muebles y objetos escolares. Cultura material. Escuela rural.

## Introdução

Transcorria o ano de 1899. Dois importantes acontecimentos, ocorridos em Antônio Prado, interligam-se e são o ponto de partida desta nossa pesquisa: em 11 de fevereiro de 1899, foi instituído o município de Antônio Prado, que até então era distrito de Vacaria, no Estado do Rio Grande do Sul (RS); já aos 20 de novembro, a normalista Natalina Maeffer recebia seu diploma como professora na Escola Normal de Porto Alegre<sup>3</sup>. Dois fatos distintos, mas que se entrecruzam. Então formada, Natalina prestou concurso e foi nomeada para dar aula na 5ª aula pública mista, escola de Antônio Prado. Rumando para o interior, a professora encontrou condições diferenciadas para a sua prática docente, em um município que recém se constituía, formado por uma maioria de estrangeiros, imigrados da península itálica e da Polônia, os quais, em geral, eram agricultores que há poucos anos haviam se estabelecido no local. É sobre esse município e essa docente, em especial, que trata este artigo.

Assim sendo, o objetivo é analisar os caminhos percorridos – produção, circulação e distribuição – de objetos e móveis escolares, pensando na feitura e no espaço de uma sala de aula localizada no interior do Rio Grande do Sul, mais precisamente no município de Antônio Prado. Para a análise documental histórica, tem-se as evidências apresentadas no livro de registros de inventário da 5ª aula pública mista da professora Natalina Maeffer, ministradas entre 1907 e 1910, bem como as correspondências, jornais, relatórios de intendentes e fotografia compõem a empiria pensada à luz das contribuições da História Cultural e da História da Educação. O recorte temporal abrange os anos de 1899,

---

3 Conforme noticiado no Jornal A Federação, ano XVI, nº 262, 17/11/1899, p. 02.

quando da constituição do município de Antônio Prado, até 1912, uma vez que, a partir desse ano, os documentos localizados sobre a aula e a escolarização pública assumem outro viés, pois o Decreto Estadual n. 1895, de 23 de dezembro de 1912, forneceu subsídios para o início da expansão do ensino nesse município.

As minúcias do cotidiano que “se inventa com mil maneiras de caça não autorizada” (CERTEAU, 1994, p. 38), numa escola rural do início do século XX, na Serra Gaúcha, são pensadas pelas materialidades possíveis e disponíveis no interior da 5ª aula pública de Antônio Prado, na qual lecionava a professora Natalina Maeffer. A artesanania e a industrialização de objetos e móveis escolares produzidos e distribuídos por meio da ação do poder público, com interdições da comunidade local, permitem pensarmos nos atravessamentos e nuances que matizaram o cotidiano daquela escola rural.

A cultura material – constituída por móveis e objetos escolares – pensada por Burke (1992, p. 28), como algo próprio do “campo de ação tradicional dos arqueólogos”, mas que “os historiadores estão começando a competir com eles, se não escavando o passado [...] pelo menos prestando mais atenção aos objetos físicos”. É sobre essas materialidades<sup>4</sup> que constituem a memória e a cultura da escola sob a qual nos debruçamos a partir do *corpus* documental que faz parte desta pesquisa.

A análise da materialidade provém das possibilidades fornecidas pelas fontes localizadas, já que não analisaremos o objeto, mas, sim, uma fonte que o cita, e, embora restritas para adentrarmos em questões específicas, como o mobiliário em termos de ergonomia, os documentos permitem-nos outras perspectivas que também julgamos efetivas para um diálogo, sendo possível evidenciar as relações desses objetos físicos para/com a sala de aula, bem como auxiliar na compreensão do processo de escolarização do município de Antônio Prado. Cabe destacar, considerando essa proposição, que, apesar das listas nos fornecerem o inventário completo da escola, atentar-nos-emos especialmente à aná-

---

4 Importantes estudos, que abordam as culturas materiais da escola, indicam o quanto o campo da História da Educação tem produzido análises sobre essa perspectiva investigativa. Em especial, Silva; Petry (2012), Castro (2011), Peres; Souza (2011), Silva; Souza; Castro (2018), bem como mais recentemente o dossiê ‘Artefatos escolares e saberes em apresentação: estudos de cultura material’, organizado por Souza; Silva (2019), no periódico Educar em Revista.

lise do mobiliário, pensando a partir de sua produção, circulação e utilização no ambiente escolar.

Dessa forma, tendo em vista as proposições deste trabalho, embasadas teoricamente, iniciamos com a contextualização de Antônio Prado, durante e após a produção do objeto analisado neste estudo, a fim de investigar os elementos para o diálogo posterior com o inventário. Em seguida, abordamos a análise da escola, discutindo sobre sua constituição, localização, quem eram os alunos e professora, para, então, partir para o quadro com a transcrição e análise do inventário. Tendo-o como objeto de investigação, buscamos compreender a materialidade, com ênfase no mobiliário, mas permitindo o diálogo com os materiais constantes na lista, sinalizando a emergência, utilização e propósito desses materiais no cotidiano da 5ª aula pública mista de Antônio Prado.

### **Contexto histórico e a escolarização do município de Antônio Prado – RS**

Para tecer nossas reflexões, inicialmente, propomo-nos a contextualizar o município de Antônio Prado (RS), bem como o desenvolvimento do processo de escolarização. Sem esses elementos, compreendemos ser necessário marcar o lugar e período do qual tratamos. Sobre isso, Miglioranza e Possamai (2020, p. 515) alegam que “mesmo os acervos guardados em instituições educacionais, pouco nos dizem quando dissociados de seu contexto de produção, circulação e das práticas que lhes deram utilidade e significação”. De fato, compreendemos que é necessário uma visão contextualizada e correlacionada aos diversos elementos para a compreensão e sustentação da análise.

Antônio Prado está localizada no nordeste do Estado do Rio Grande do Sul (RS) e foi “a sexta e última das chamadas antigas colônias da imigração italiana” (BIAVASCHI, 2011, p. 174) a ser criada nesse Estado. Nessa cidade, o estabelecimento dos primeiros imigrantes ocorreu a partir de 1886, sendo eles, em sua maioria, italianos seguido de poloneses (PETROCCHI, 1904, p. 15). Com rápida ocupação e desenvolvimento, conseguiu autonomia para, em 11 de fevereiro de 1899, emancipar-se do município de Vacaria – RS (BIAVASCHI, 2011, p. 174), ao qual pertencia até então como 5º distrito.

O Intendente indicado, pelo Governo Gaúcho para assumir o município, foi o coronel Innocencio de Mattos Miller (BIAVASCHI, 2011,

p. 175), que se manteve no Poder de 1899 a 1906. Ao licenciar-se, assumiu Cristiano Ziegler, seu vice, entre os anos de 1907 a 1910. Além de intendente Miller ocupava o cargo de presidente do Conselho Escolar. A partir da emancipação de Antônio Prado e com intendente, ocorrem diversas mudanças na cidade, como: exploração continuada do território; melhorias nas vias de acesso; instalação de novos bens e serviços, com forte comércio na sede impulsionado pela agricultura, que era a principal atividade desenvolvida na época, indicando um município próspero no início do século XX. A título de exemplo, foi aberta a estrada Júlio de Castilhos, inaugurada em 1902, ligando Antônio Prado à cidade de São João de Montenegro, onde estava sendo instalada a estrada de ferro.

Com relação à população e a despeito do elevado número de nascimentos, houve um decréscimo, principalmente por conta da reemigração interna, isto é, as pessoas se mudavam especialmente para o noroeste do Estado. Na época, Antônio Prado tinha uma população composta por 87% dos residentes morando na zona rural<sup>5</sup>, assim como o restante da Serra Gaúcha<sup>6</sup>, sofreu com o êxodo de parte dessa população<sup>7</sup>, passando de 10.000 habitantes<sup>8</sup>, em 1909, para 7.500 residentes, em 1916. Todavia, é possível notar progressos e emergências nesse período: em se tratando da vida social, foram criados, na cidade, o Clube União<sup>9</sup> e a Sociedade Pradense de Mútuo Socorro; para auxiliar nas produções agrícolas, a Cooperativa Agrícola de Antônio Prado<sup>10</sup>, a qual foi criada em 1911; nas comunicações, um jornal foi criado.

A fotografia<sup>11</sup> a seguir retrata a sede do município e seus arredores:

---

5 ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 9 de Novembro de 1915 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1916. Innocencio de Mattos Miller. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Casa de Correção, 1916.

6 LA TRASMIGRAZIONE II. La Libertà. Garibaldi, ano 1, n. 50, p. 1, 19 fev. 1910.

7 No que se refere as frentes de colonização, o êxodo foi tão grande que municípios inteiros foram formados por pradenses, a exemplo de Sananduva.

8 A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 26, n. 215, p. 1, 16 set. 1909.

9 A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 28, n. 265, p. 4, 18 nov. 1911.

10 Ela contou com 900 sócios porém também foi impactada pela crise econômica nos anos seguintes.

11 Fotografia de um cartão postal arquivado. Lê-se no verso "As três meninas e o menino são: A morena, Zezinha, Edih e Mauro Castro. Lembrança da praça de Antônio Prado".

**Figura 1** - Antônio Prado [17 de Julho de 1911]



Fonte: Cartão Postal – Fundo João Spadari Adami – AHM/JSA

A Figura 1 oferece-nos uma visão ampla da área considerada urbana de Antônio Prado. É possível ver as proximidades com vegetação nativa, a igreja ao fundo e, à sua frente, a praça central, com casas aglomeradas no seu entorno. Como demonstra a foto, o local era pequeno e em desenvolvimento, com ruas delimitadas e expansão de terrenos no seu entorno.

Sobre a temática escolarização, há poucos estudos acadêmicos, mas com os documentos que fazem parte do *corpus* deste estudo é possível traçar um panorama da situação escolar da cidade. O período em que a localidade era ainda “colônia” de Vacaria, até 1899, ficou caracterizado pela baixa quantidade de escolas, chegando a possuir, no máximo, três aulas públicas em todo o território<sup>12</sup>. Sem recursos públicos, há indícios de a escolarização desenvolver-se, ao longo desse tempo e após a emancipação, de outras maneiras, a exemplo de uma instrução dada pelas próprias famílias, por meio de escolas étnicas ou, até mesmo, por aulas particulares (MINISTERO..., 1895, p. 87; PETROCCHI, 1904, p. 16; PESCIOLINI, 1914, p. 60).

<sup>12</sup> ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Quadro de escolas públicas da 1ª região escolar – advindo do Decreto n. 124c de 15 de janeiro de 1898. Folhas avulsas.



Entre 1899 e 1912, podemos verificar a criação de novas escolas, dentre elas, a 5ª Aula Mista, escola-objeto deste nosso estudo. Nesse período, a localidade chega a ter 9 escolas públicas, todavia, há uma instabilidade na maioria delas, principalmente relacionado ao: fechamento, (re)abertura, troca de professores e localização dessas aulas, o que não chega a acontecer com a 5ª Aula Mista, ao menos até o fim do recorte temporal de nossa análise. A escolarização toma outro viés no fim de 1912, principalmente em virtude do Decreto n. 1895, que daria, a esta e outras localidades, subsídios financeiros estaduais para a criação de escolas situadas fora da sede do município, período que fica marcado pela expansão maciça de novas aulas públicas, passando de quatro para quinze escolas até 1914. Feita a contextualização acerca dos aspectos históricos e escolares de Antônio Prado, abordamos, no próximo item, o objeto deste estudo, que é a 5ª aula pública mista.

### **A 5ª aula pública mista: móveis e objetos**

A escola, objeto deste estudo, localizava-se na Linha 10 de Julho, interior de Antônio Prado (RS). Situamos sua criação em 1900, como 5ª aula mista, e sua emergência e fechamento ocorreram concomitante à entrada e saída de Natalina Maeffer<sup>13</sup>. Sabe-se que essa professora foi designada para a sua regência, conforme afirma Lebrun (1935, p. 107):

Em virtude do decreto nº 293 de 8 de fevereiro de 1900, passou a reger a 5ª aula, mista de 1ª entrância da Linha 10 de julho, município de Antonio Prado, assumindo a 2 de março seguinte. Aprovada no concurso urbano a que se submeteu, si bem que inscrita no

---

13 Com relação à biografia da professora, foi possível localizar seu necrológico que, dentre outras informações, afirmava: "Necrológico. Professora Natalina Maeffer de Mesquita. Com a avançada idade de 92 anos, faleceu dia 20 último, em sua residência a venerada professora Natalina Maeffer de Mesquita que durante 40 anos exerceu o magistério primário neste Estado nas cidades de Gravataí, Antônio Prado e São Leopoldo. Era viúva do Maj. João Carneiro de Mesquita de tradicional família paraibana, que durante vários anos militou na política gaúcha e foi notário em São Leopoldo. A extinta era filha do casal Oto e Rosalina Maeffer, sendo natural desta Capital. Deixou um único filho, o Sr. João Carneiro de Mesquita Filho, do comércio local, sendo irmã da doutora Alice Maeffer Harddeger, a primeira médica formada pela nossa Faculdade de Medicina e da Sra. Delfina Maeffer de Mesquita, ambas falecidas. [...]. Seu enterro realizou-se domingo passado com grande acompanhamento, saindo o féretro da residência da família. Hoje dia 28, às 10h será realizada missa de 7º dia na Igreja de Ipanema" (JORNAL Diário de Notícias, ano XXXIX, nº 48, domingo, 28/04/1963, p. 04, 2º Caderno). O mesmo texto foi publicado no Jornal do Dia, ano XVII, nº 4355, sábado, de 27/04/1963, p. 05).



rural, foi nomeada para reger efetivamente a 5ª aula, mista dos subúrbios da referida vila, passando para esta em 4 de setembro do ano seguinte, pelo decreto nº 972. Em 4 de outubro de 1911, foi removida, a pedido para a 9ª aula do Couto, município de Santa Cruz, assumindo o exercício a 14 de novembro seguinte. [...] Completou 35 anos, 2 meses e 11 dias de efetivo serviço a 31 de dezembro de 1934.

Com base nessa evidência, percebe-se que a 5ª aula mista foi uma das primeiras atividades de Natalina como professora e que ela permaneceu longos anos na regência dessa escola, que se localizava não muito distante da sede de Antônio Prado. Quanto aos alunos que ali estudaram, não há livros de frequências e matrículas remanescentes do período, no entanto, pelo livro do inventário, consta uma indicação dos materiais que cada um receberia: ao menos 18 alunos são listados, sendo 14 meninos e 4 meninas.

Entendendo que essa é a configuração do ambiente ao qual iremos analisar e dissertar sobre, com base nisso, é possível inferir que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” (SANTOS, 2006, p. 39). É por meio de tal sinalização que podemos pensar na constituição do espaço “sala de aula” perante a sua definição, e compreender que as ações dos indivíduos, bem como a materialidade, são fundamentais na compreensão da história desse espaço. Além disso, voltando-nos à formação desse ambiente escolar, conforme já indicado por Santos (2006, p. 39), podemos refletir que a ação realizada nesse local “é subordinada a normas, escritas ou não, formais ou informais” (SANTOS, 2006, p. 50). Consoante esse viés, a escola possui características próprias, constituindo-se de forma objetiva como um lugar determinado e, de forma subjetiva, pelas marcas produzidas através das vivências nesse local (VIÑAO FRAGO, 2005, p. 17).

No que diz respeito às investigações da materialidade escolar, convém a reflexão de que “múltiplas interpretações podem ser geradas ao se pesquisar uma história da educação a partir dos objetos, tendo em vista que um mesmo artefato pode ter inúmeros usos e significações” (FERBER; KINCHESKI; SOUSA, 2013, p. 45). Ainda, de acordo com essas autoras, também é necessário, para uma análise consistente, o confronto de informações, não cabendo analisar individualmente os objetos, consideração que seguiremos para a elaboração desta pesquisa.

A listagem de inventário<sup>14</sup> da 5ª aula pública mista, organizado pela professora Natalina Maeffer, permite-nos entrever, mesmo que parcialmente, as possibilidades existentes na escola investigada. A materialidade pode ser compreendida como parte da cultura escolar, pois os “objetos materiais – função, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento [...] Alguém dirá: tudo. E sim, é verdade, a cultura escolar é toda a vida escolar”, consoante Viñao Frago (1995, p. 68-69, tradução nossa<sup>15</sup>), em que são incluídos aspectos materiais e imateriais.

Ainda, é necessário reconhecer que as investigações sobre a cultura escolar não foram introduzidas recentemente, mas ganharam força com a História da Educação nas últimas décadas (KINCHESCKI; SOUSA; SILVA, 2019, p. 7). Ora, se os objetos são parte da cultura escolar, emerge seu sentido como “cultura material escolar”, termo que é pontuado por Alves (2010, p. 103) como sendo “referida a um conjunto de artefatos, cuja existência, uso e significado se ligam historicamente ao processo de escolarização e à conseqüente disseminação da forma escolar”.

Consoante esse viés, Dussel (2019) pensa que no espaço da escola, mais do que considerarmos a especificidade do prédio, é importante pensarmos os móveis, os objetos e os artefatos didáticos que a autora

---

14 Nota metodológica: o inventário está registrado nas primeiras 5 páginas das 50 disponíveis. O livro apresenta, no seu interior, na página inicial, assinatura do presidente escolar, Innocencio de Mattos Miller, que também era o Intendente do município. Ele explica que o livro serviria para o inventário da 5ª aula, finalizando com a explicação que rubricaria todas as páginas, o que de fato aconteceu. A primeira página, a professora Natalina inicia com o título “Relação dos objetos existentes na 5ª aula pública mista em Novembro de 1907”, seguido da lista dos materiais, nome do município, data e sua assinatura; esse formato segue para o ano de 1908, após, as páginas contêm, respectivamente, a lista da distribuição de objetos aos alunos, inventário de 1909, distribuição aos alunos de 1909, relação de objetos recebidos em 1910 e inventário de 1910. Essa lista é escrita com um item a cada linha, ao longo das páginas. Por vezes, Natalina especifica alguns itens, em outras, sua descrição é genérica. A análise trata dos objetos do ponto de vista da professora, pois não temos eles diretamente à nossa frente, nem por meio de imagens ou ilustrações, apenas a sua descrição no caderno de inventário, mas compreendemos que essa é uma representação do objeto por parte da professora e que, apesar de ser um fenômeno subjetivo, não pode ser compreendido de forma individual (ALVES, 2010, p. 116), pois envolve processos de construção com o meio em que ela se encontra. A transcrição do inventário, assim como o restante do trabalho, foi adaptada às normas da língua vigente, porém, demos prioridade à transcrição direta do documento, por compreender que as especificidades escritas pela Natalina poderiam revelar informações acerca desses objetos. Assim sendo, apesar da ortografia estar corrigida, todo o quadro foi transcrito do documento original com base nos registros realizados.

15 No original: “[...] objetos materiales – función, uso, distribución en el espacio, materialidad física, simbología, introducción, transformación, desaparición [...] Alguien dirá: todo. Y sí, es cierto, la cultura escolar es toda la vida escolar [...]” (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 68-69).

exemplifica como livros e quadro-negro. Portanto, com a transcrição das listas completas dos quatro anos de registro, podemos perceber alguns desses aspectos. Para isso, utilizamos quatro colunas tabuladas em um quadro com a relação de cada lista entre 1907 e 1910. No quadro 1 constam o conjunto de móveis e objetos disponíveis e listados pela professora Natalina:

**Quadro 1** - Objetos da 5ª aula pública mista de 1907 a 1910

<b>Ano</b>	<b>Móveis</b>	<b>Objetos</b>	<b>Material didático/livros<sup>16</sup></b>
<b>1907<sup>17</sup></b>	8 classes com os respectivos bancos 1 banco para talha 1 mesa 1 armário	1 cabide 1 quadro negro com o respectivo cavalete 1 estrado 4 ardósias já usadas	1 caderno de papel mata borrão 1 mapa dos Estados Unidos do Brasil por E. Levasseur 5 terceiros livros de leitura “O Rio Grande do Sul” 4 cartilhas mestra por um professor Alguns livros usados
<b>1908<sup>18</sup></b>		1 quadro negro com o respectivo cavalete 1 tinteiro para mesa 6 ardósias 1 maço de giz 2 latinhas de tinta em pó 6 tinteiros para as classes 1 caixa de pena para ardósias 12 canetas 6 lápis 1 caixa de pena de aço 4 régua métricas	1 caderno de papel Mata borrão 12 terceiros livros O Rio Grande do Sul por J. Pinto. 4 livros para a escrituração da aula 1 resma de papel 12 educação moral e cívica por H. Ribeiro 6 História do Brasil por J. Von Franchenberg 5 seletas em prosa e verso por Alfredo Clemente Pinto 8 terceiros livros de leitura – Por Hilario Ribeiro 12 histórias do Rio Grande do Sul por João Maia 6 tabuadas metódicas por I. J. Lopes 6 primeiras aritméticas por José Theodoro de Souza 6 gramáticas portuguesas por Bebiano de Almeida 12 cartilhas primárias por um professor R. Grandense 8 segundos livros de leitura por um professor Rio Grandense 4 manuscritos 6 leituras escolhidas por A. C. Pinto 6 geografias elementares por João Von Franchenberg

16 A potência analítica da listagem de livros aqui apresentados não será, na extensão deste artigo, objeto de análise, devido aos limites de sua extensão.

17 ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Livro inventário 01/02/1909 a 28/02/1910. Relação dos objetos existentes na 5ª aula pública mista em 30 de novembro de 1907. p. 1.

18 Id. Relação dos objetos existentes na 5ª aula pública mista em 20 de junho de 1908. p. 1v.

<b>Ano</b>	<b>Móveis</b>	<b>Objetos</b>	<b>Material didático/livros<sup>16</sup></b>
<b>1909<sup>19</sup></b>	8 classes com os respectivos bancos 1 banco para talha 1 mesa 1 armário	1 cabide 1 quadro negro com o respectivo cavalete 1 estrado 1 tinteiro para mesa 6 ardósias usadas 1 latinha com tinta em pó 6 tinteiros para as classes 8 penas para ardósias 6 canetas 3 lápis 15 penas de aço 4 réguas métricas	3 folhas de papel mata borrão 1 mapa dos E. U. do Brasil por E. Levasseur 15 terceiros livros de leitura – O R. G. do Sul J. Pinto Guimarães 8 cartilhas mestras – por um professor R. Grandense Alguns livros usados 4 livros para a escrituração da aula 12 cadernos de papel alonasso 12 educação moral e cívica por Hilário Ribeiro 6 Histórias do Brasil por J. V. Franchenberg 5 seletas em prosa e verso por A. C. Pinto 18ª edi. 8 terceiros livros por Hilário Ribeiro 11 histórias do R. G. do Sul por João Maia 6 tabuadas metódicas por Isidoro José Lopes 2 primeiras aritméticas por José Theodoro de Souza Lobo 4 gramáticas portuguesas por Bebiano de Almeida 3 segundos livros de leitura por um professor R. Grandense 4 manuscritos – Letras Manuscritas 6 leituras escolhidas por A. C. Pinto 6 geografias elementares por J. V. Franchenberg
<b>1910<sup>20</sup></b>	8 classes com os respectivos bancos 1 banco para talha 1 mesa 1 armário	1 cabide 1 quadro negro com o respectivo cavalete 1 estrado 1 tinteiro para mesa 14 ardósias – 4 já usadas 2 caixas com giz 1 lata de tinta em pó 18 tinteiros de vidro para as classes 1 caixa de penas para ardósias 24 canetas de latão (ilegível) 12 lápis 1 caixa de penas de aço	8 folhas de papel mata borrão 1 mapa dos E. U. do Brasil por E. Levasseur 8 terceiros livros de leitura – O R. G. do Sul (já usados) 15 cartilhas mestras – por um professor R. Grandense Muitos livros em mal estado 4 livros para escrituração da aula 1 resma de papel 8 educação moral e cívica (já usados) e 4 por Hilário Ribeiro 9 Histórias do Brasil – sendo 3 já usadas por J. V. Franchenberg 11 seletas em prosa e verso – A. C. Pinto 20 terceiros livros de leitura por Hilário Ribeiro 15 História do R. G. do Sul por João Maia 13 tabuadas metódicas por um professor R. Grandense 6 primeiras aritméticas por Souza Lobo 14 segundos livros de leitura por um professor R. Grandense

19 Id. Relação dos objetos existentes na 5ª aula pública mista em 10 de fevereiro de 1909. p. 2v e 3.

20 Id. Relação dos móveis e mais objetos escolares na 5ª aula pública mista em 28 de fevereiro de 1910. p. 4v e 5.

Ano	Móveis	Objetos	Material didático/livros <sup>16</sup>
1910		11 canetas para penas de aço 12 esponjas 9 réguas métricas	6 manuscritos 6 geografias elementares por J. V. Franchenberg 1 livro para canto 6 livros de exercícios para aprender a língua portuguesa por (ilegível) 8 geografias do R. G do Sul por Henrique Martins 14 gramáticas 1º e 2º curso por A. C. Pinto 8 mundo infantis por Fanny Romagnoli e Sylvia Albertoni 6 trechos escolhidos por João Maia 6 aritméticas de Trajano 12 pequenas geografias por De J. M. Lacerda 12 pequenas histórias do Brasil por De J. M. Lacerda 6 geografias elementares por Souza Lobo 1 segundo livro de leitura O R. G. do Sul

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no livro inventário 01/02/1909 a 28/02/1910 do AHMAP (2020)

Ao analisar o quadro, fica evidente o crescimento de número de livros fornecidos. Os móveis permanentes são: a mesa da professora, 8 carteiras e seus respectivos bancos, um armário; o estrado e o cavalete para o quadro negro; o cabideiro, provavelmente localizado próximo à porta. A organização da sala se configura e possibilita, como afirma Meda (2015, p. 9), pensar as relações “originárias com as práticas as educativas reais realizadas em sala de aula”.

Nesse sentido, percebemos que há uma adição de objetos materiais com o passar dos anos, principalmente no que tange aos livros didáticos. O aumento coincide com o crescimento do número de escolas em Antônio Prado. Em poucos anos, as condições das escolas, mesmo as rurais, com vários adiantamentos em uma mesma turma e uma única professora, puderam introduzir novos saberes, e tiveram suas práticas, por vezes, moldadas por essa cultura material (VIDAL, 2009, p. 26). Os livros denotam mudanças ao longo do período analisado, com títulos, autores e disciplinas diferentes. As mudanças vão sinalizando um ponto em comum com o exterior, por meio da criação de escolas, e no interior, pela materialidade delas.

No que tange à produção dos móveis, o fornecimento deles, pelo Estado do Rio Grande do Sul (RS), foi em parte realizado pela Casa da Correção. Há registros de pagamentos fornecidos por essa empre-

sa, e o motivo é explicado nos relatórios do Estado, conforme transcrito abaixo:

Devido ao grande aumento de escolas, é indispensável a aquisição de mobília escolar. Para os lugares servidos por viação férrea ou fluvial, convém enviar as mobílias fabricadas na Casa da Correção; para outros, porém, é evidentemente mais convincente mandar fabricar os móveis no próprio local da escola, com o que se evitam as grandes despesas, de difíceis transportes, e a destruição dos mesmos móveis por falta de veículos apropriados. (RIO GRANDE DO SUL, 1902, p. 214).

Ainda, é possível verificar que a Casa de Correção continuou o fornecimento em anos posteriores, conforme consta no relatório: “têm sido atendidas as necessidades urgentes, principalmente quanto ao suprimento de mobiliário fabricado na Casa da Correção ou nas respectivas localidades, conforme as conveniências do Thesouro” (RIO GRANDE DO SUL, 1906, p. 354). Essa urgência é pontuada, pois havia um movimento para a realização de um inventário de todo o material escolar no Estado. Quanto a isso, no mesmo trecho, o documento explica: “para o efeito de se poder fazer uma justa equitativa distribuição do necessário ao bom funcionamento das escolas”. Dessa forma, a Casa da Correção fornecia, de forma provisória, os móveis, e mesmo assim percebe-se que esse fornecimento corresponde, ao menos, aos anos de 1899 até 1912.

No entanto, há também notícias de compra de móveis e materiais importados, e mesmo que não tenham chegado a Antônio Prado, vale ressaltar a ausência, ainda, para o período em estudo de uma “indústria” para fornecimentos às escolas. A importação de objetos e móveis dos Estados Unidos é um fato evidenciado no jornal *A Federação*<sup>21</sup>, de 10 de setembro de 1912, que expõe compras e fornecimentos para diversos municípios do Rio Grande do Sul.

Direcionando nosso olhar à Antônio Prado, elencamos alguns vestígios, e mesmo que não possamos estabelecer com precisão a proveniência do material da 5ª aula mista investigada. As informações trazem-nos elementos importantes e possibilidades para a compreensão da produção e circulação dos móveis e objetos que eram utilizados nas escolas públicas. Um ponto que merece destaque é o de que, no Arqui-

---

21 A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 29, n. 213, p. 1, 10 set. 1912.

vo Histórico de Antônio Prado, constam diversas compras de materiais didáticos, transporte de livros e troca de correspondências com gráficas, porém, no acervo da municipalidade, não há indícios sobre aquisição do mobiliário. A interdição da cultura local parece ser a explicação.

Na Serra Gaúcha era corriqueiro que um grupo de famílias se unisse e construísse um prédio escolar, o equipasse com os móveis necessários – em geral produzidos por um carpinteiro local e, após, exigisse que a municipalidade fornecesse professor para a escola. Outro rastro, para pensarmos o caminho do fornecimento dos móveis, foi localizado em 1900, em que se indica o pagamento do transporte. Conforme consta no documento:

Solicitou-se do secretário dos negócios da fazenda o pagamento, aos Srs. Felisberto Porfírio de Souza e C. da importância de 122\$500, proveniente do transporte de móveis escolares para as aulas públicas dos municípios de S. João de Montenegro, Bento Gonçalves, Alfredo Chaves, **Antônio Prado** e Vacaria. (A Federação, 1900, p. 2, grifo nosso).

Provavelmente, esse foi um dos fornecimentos de móveis escolares para as escolas públicas no recém-criado município de Antônio Prado – RS, e que vinha da Capital, Porto Alegre. O caminho, de Porto Alegre até Antônio Prado, era longo: em 1900, o percurso a ser seguido era pela via fluvial, até São Sebastião do Caí, e depois a íngreme subida da serra, com carroças em estradas que, por vezes, eram bem lamacentas. Para chegar a Antônio Prado, a passagem se dava pela balsa, atravessando o rio e, novamente, carroça. Dias e dias de viagem para tal transporte, rumo ao interior, até o local da escola. Já em 1903, consta no registro do jornal: “mandou-se indenizar a intendência municipal de Antônio Prado da quantia de 1:221\$500, proveniente do fornecimento de móveis às escolas públicas daquele município” (A Federação, 1903, p. 2). Em 1904, um trecho do jornal *O Cosmopolita*<sup>22</sup> revela que uma parte do percurso que estes móveis (e também objetos) faziam, passava pelo município de Caxias do Sul (RS).

Como mencionado, é possível que a maioria dos móveis escolares fossem, no recorte desta análise, resultado da fabricação dos materiais no próprio local, já que, de acordo com o Relatório Estadual de

22 O COSMOPOLITA Organ dos interesses coloniais, Ano III, n. 121, 15 out. 1904, p. 02.



1902, anteriormente exposto, existia a alternativa da fabricação dos móveis para a redução de custos do Estado. A distância e as condições do caminho a percorrer – afinal, Antônio Prado situava-se a 182 quilômetros da capital – tornavam conveniente a fabricação da mobília na própria localidade. Entretanto, também existiram fornecimentos anteriores do próprio Estado, levando a crer que não houve, nesse período, uma única forma de incremento da materialidade das escolas públicas do município. Se permanecem lacunas de um lado, de outro, como afirmam Miglioranza e Possamai (2020, p. 517), desde o início do período republicano, o Estado foi responsável pelos materiais das aulas públicas, incluindo a seleção e distribuição do mobiliário. Ao menos em parte delas.

No caso específico de Antônio Prado, muitos dos prédios escolares e, até mesmo, o próprio terreno são doados à municipalidade. O que indica a interdição – ao menos em parte – das famílias, na construção e no fornecimento da mobília. Móveis e construções simples, mas que resolviam o problema da falta de local para funcionamento da escola. Nas listas de materiais, não há indicativos das especificidades dos móveis, e a hipótese de que foi produzida localmente, pela comunidade, encontra ressonância na oralidade<sup>23</sup>. A convergência de informações parece nos indicar que a urgência no estabelecimento das escolas poderia ser um fator para que os móveis fossem fabricados pelos próprios habitantes ou encomendados no local, pela municipalidade, já que em confronto com relatórios estaduais existia uma demora no fornecimento deles. Assim, a produção e a circulação dos móveis mudavam, a depender das situações.

Entre 1907 e 1910, o mobiliário correspondente aos bancos, mesa, armário e quadro da 5ª aula mista não foram modificados em quantidade. Disso, inferimos que permaneceram os mesmos, constituindo um bem material “permanente”, evidentemente que possuiriam uma longa utilização, mas esta questão aflora um ponto de discussão, pois, ao mesmo tempo, os livros são marcados pela troca constante nessa escola. Diante disso, a introdução de novos materiais didáticos traria outro “fazer” escolar, e o mobiliário precisaria, conforme necessário, ser adaptado ao que a escola proporia a fazer, questão que dialoga com as

---

23 Cf. Grazziotin e Ferreira (1984, *passim*). As autoras também pontuam que a mobília seria bastante rudimentar e escassa nas escolas do interior.

movimentações no Estado para a troca de mobiliário ocorrida em 1907, pelo mesmo ser “julgado em desacordo com as prescrições da ciência” (MIGLIORANZA; POSSAMAI, 2020, p. 520).

No Estado do Rio Grande do Sul (RS), em 1896, um dos relatórios do secretário do Interior e Exterior, João Abbott, explica as condições para que o ensino fosse desenvolvido. Nele consta: “mestres capazes, bem preparados e bem remunerados; escolas boas, melhores edifícios, claros e espaçosos: **mobiliário escolar decente e moderno**, - eis as primeiras e mais urgentes necessidades para a desejada reforma de ensino público e primário entre nós” (RIO GRANDE DO SUL, 1896, p. 5, grifo nosso).

Fica evidente que o mobiliário da 5ª aula de Antônio Prado estaria sendo utilizado desde a abertura da escola, em 1900, e que a situação seria análoga nas escolas do Rio Grande do Sul com a utilização, há tempos, do mesmo mobiliário, e que a introdução de novos materiais didáticos e o desenvolvimento de maneiras diferentes de ensinar precisariam de instrumentos no âmbito material que apoiassem isso. No entanto, “apesar de a defesa de sua necessidade aparecer nos discursos, quando as fontes trazem dados sobre o provimento das instituições descortina-se um cenário que indica uma realidade defasada, se comparada à do ideal defendido” (KINCHESCKI; SOUSA; SILVA, 2019, p. 16).

Voltando-nos aos materiais didáticos, o inventário listado anualmente permite a compreensão de que, para o funcionamento da escola, a sua obtenção parte de uma lista “básica” de 1907, que inclui todo mobiliário, indicando este como necessário para as atividades, e que o incremento gradual e troca de livros deu-se para o aprimoramento da escola. Quanto à sua circulação, foi possível verificar que o transporte era realizado por uma pessoa contratada pela Intendência, e que os custos seriam arcados pelo Estado, mais especificamente pela Inspeção Geral da Inspeção Pública. Para nos situarmos, em um dos registros<sup>24</sup> de 1905, foram transportados 17 caixotes de livros, os quais partiram de São Sebastião do Caí para Antônio Prado e, ao final de 1910, foi realizado outro transporte e mais um pedido de reembolso, sendo os materiais nove caixotes de livros que pesavam 410 kg<sup>25</sup>.

24 ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Livro de correspondências da Intendência de 11.02.1899 a 10.02.1913. Correspondência de 29 de abril de 1905. p. 6.

25 ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Livro de correspondências da Intendência de 11.02.1899 a 10.02.1913. Correspondência de 29 de abril de 1905. Ato n. 29.

Outro elemento trazido pela professora Natalina Maeffer, com as listas, é a reutilização dos materiais de um ano para outro, pois alguns deles constam como “usados”. Para Garcia (2020, p. 84), a materialidade da escola estabelecida pela utilização de móveis usados e/ou doados estabelece, também, as suas relações sociais com o meio. A autora ainda frisa a importância de compreendê-los não apenas como objetos, mas nas relações e ações exteriores a eles (GARCIA, 2020, p. 39). Aqui, inclui-se a questão da proveniência do mobiliário, relações que irão vincular diretamente com o social, a comunidade local, ultrapassando a visão de uma escola somente como “pública”, uma vez que esta era, de fato, constituída pelas suas inter-relações. Ademais, cabe a ressalva de que a designação de “usados” foi utilizada pela professora apenas para os livros, mesmo estando de modo subjetivo compreendido que a mobília também não seria “nova”, o que de fato remete a compreensão deles como um bem “permanente” constituinte da escola.

Além disso, torna relevante pontuar que as dificuldades que os professores enfrentavam, no cotidiano das aulas, com poucos materiais e subsídios oferecidos, gerava o envio de correspondências por parte deles, mas, também, conclames públicos, como foi o caso da publicação do pedido de professores de Caxias, município vizinho de Antônio Prado, registrada<sup>26</sup> pelo jornal *O Cosmopolita*, em 27 de agosto de 1904, em que expõem a situação do ensino e a impossibilidade dos pais arcarem com os custos dos materiais. Mesmo sendo respectivo à Caxias do Sul, o inspetor pertencia à 3ª região, ao qual Antônio Prado estava inserida. Dessa forma, podemos refletir em correlações entre as escolas desta região, ou mesmo a manutenção e a situação em que elas se encontravam. A demora, o atraso e, muitas vezes, a falta de provimento das escolas são parte da documentação localizada e que nos informa das carências enfrentadas pelas escolas, em especial aquelas mais afastadas, em áreas rurais.

Os objetos presentes em uma sala de aula produzem um significado, sinalizam práticas e nos indicam o cotidiano desse local, pois “tomados como materialidade, esses objetos não apenas favorecem a percepção dos conteúdos ensinados [a exemplo de livros e materiais didáticos] [...] mas sobretudo suscitam o entendimento do conjunto de fazeres ativados no interior da escola” (VIDAL, 2005, p. 64) e, para isso, “adquirem realce os usos, os modos como os sujeitos lidaram com os

---

26 O COSMOPOLITA: Orgam dos interesses coloniais. Ano 3, n. 114, p. 1.

materiais que foram distribuídos e/ou impostos a eles, perceptíveis nos vestígios do tempo por vezes inscritos nos espaços estratégicos do poder” (VIDAL, 2005, p. 65).

Com o anseio de compreender acerca desses objetos e seus usos, relacionamos este estudo de Arriada, Nogueira e Vahl (2012), em que percebemos inúmeras similaridades entre a sala de aula de Antônio Prado e as referidas pelos autores. Em se pensando sobre os bancos, relacionando a quantidade de alunos, no mínimo 18 crianças frequentavam a aula, temos, naquela época, 8 classes com os respectivos bancos, mostrando uma utilização conjunta de várias crianças, em ambos os estudos, que ao utilizá-lo juntavam os corpos, implicando, ainda, na prática do professor, e na ausência de questões higienistas que se mostrariam importantes vinculadas às carteiras individuais de estudo (ARRIADA; NOGUEIRA; VAHL, 2012, p. 44-45).

Assim sendo, s“toda criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico. Sua reprodução também obedece a condições sociais” (SANTOS, 2006, p. 43), e aos alunos, o “espaço escolar, rigidamente ordenado e regulamentado, tentará inculcar-lhes valores, padrões, normas de comportamento” (ARRIADA; NOGUEIRA; VAHL, 2012, p. 51), que podem ser lidas por meio dos objetos, como é o caso da utilização do estrado que facilitaria o controle do professor sobre o aluno.

Pensando acerca do método de ensino, sabe-se que o prescrito era o intuitivo, proveniente das normativas do Decreto n. 89, de 02 de fevereiro de 1897, que propôs a reorganização da instrução primária no Estado (MIGLIORANZA; POSSAMAI, 2020, p. 518), e que foi muito utilizado no Brasil ao longo do período e pressupõe “uma abordagem indutiva pela qual o ensino deveria partir do particular para o geral, do conhecido para o desconhecido, do concreto para o abstrato” (SOUZA, 2000, p. 12). A professora Natalina fizera o curso normal e estava preparada para implementá-lo. No entanto, nos perguntamos sobre as reais condições materiais de fazê-lo com o conjunto de materiais existentes no interior de sua escola.

## **Considerações finais**

O exercício de examinar o livro de inventário da 5ª aula mista de Antônio Prado (RS) trouxe à tona a discussão acerca dos diversos arte-

fatos que compunham essa escola e que foram mobilizados na prática docente por Natalina Maeffer. O estranhamento da jovem professora formada na capital que rumava para o interior, para um município recém-criado, assim como ela, recém-formada. O percurso da professora Natalina, em direção a Antônio Prado, é o mesmo, provavelmente, dos materiais escolares que seguiam em caixotes nas carroças, na balsa... Dias de viagem para transpor os quase 200 quilômetros, boa parte de subida da serra.

A análise de alguns dos detalhes possíveis, permitiu-nos pensar o caminho 'rumo ao interior' do Rio Grande do Sul que a docente, móveis e objetos escolares faziam. Os móveis eram provenientes do trabalho realizado na Casa de Correção ou por carpinteiros locais; outros objetos, bem como livros, importados. Suas permanências, por anos, no inventário de bens da escola, os múltiplos usos que não puderam ser aprofundados no limite deste artigo, descortinam potencialidades para o aprofundamento. O modo como os sujeitos escolares utilizavam o espaço e o uso dos bens materiais, e que mesmo não sendo possível extrair da empiria informações sobre o uso efetivo e inventivo deles, a lista permitiu-nos pensar alguns indícios desse processo. Outros documentos entrecruzados permitiriam pensar no consumo de livros e objetos localizados no interior da escola da professora Natalina.

De forma geral, objetos descritos no inventário também indicam o processo na transmissão de saberes e possibilitam a discussão sobre as práticas pedagógicas, entre o prescrito e o vivido. O caminho percorrido por objetos e mesmo móveis escolares, da então Capital e mesmo do exterior, podem sinalizar limites, dificuldades, mas, também, investimentos feitos pelo Estado na escola pública. O consumo e a emergência de uma indústria para a escola. Os objetos e materiais da 5ª aula pública de Antônio Prado foram limitados, dado que havia materiais usados e em pequenas quantidades para um montante de alunos.

Mesmo assim, os estudantes e a professora Natalina persistiram, por diversos anos. O uso de materiais alternativos como a espiga de milho para as aulas de matemática nas escolas rurais ou de outros objetos do cotidiano nas práticas docentes emergem como brecha. As inventividades do cotidiano escolar e as possíveis interdições das famílias, por meio da construção do prédio escolar, a doação do terreno e mesmo dos móveis, constitui uma singularidade a ser considerada. Por fim, destacamos que o estudo do inventário da 5ª aula mista de Antô-

nio Prado demarca não só as especificidades da escola mencionada, de seus objetos, como possibilita a compreensão sobre o processo de escolarização do município dessa escola, corroborando diálogos futuros sobre os processos escolares regionais e nacionais que se aprofundam na temática dos objetos materiais e, especificamente, na questão da mobília escolar.

## Referências

A FEDERAÇÃO: **Orgam do Partido Republicano** (RS). Porto Alegre, ano 17, n. 30, p. 2, 06 fev. 1900.

A FEDERAÇÃO: **Orgam do Partido Republicano** (RS). Porto Alegre, ano 20, n. 68, p. 2, 21 mar. 1903.

A FEDERAÇÃO: **Orgam do Partido Republicano** (RS). Porto Alegre, ano 26, n. 215, p. 1, 16 set. 1909.

A FEDERAÇÃO: **Orgam do Partido Republicano** (RS). Porto Alegre, ano 28, n. 265, p. 4, 18 nov. 1911.

A FEDERAÇÃO: **Orgam do Partido Republicano** (RS). Porto Alegre, ano 29, n. 213, p. 1, 10 set. 1912.

ALVES, C. Educação, memória e identidade: dimensões, imateriais da cultura material escolar. **História da Educação**. Pelotas, n. 30, p.101-125. jan./abr. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/28914/pdf>. Acesso em: 07 maio 2020.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. **Livro de correspondências da Intendência de 11.02.1899 a 10.02.1913**. Correspondência de 29 de abril de 1905. p. 6 / Ato n. 29.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. **Livro inventário 01/02/1909 a 28/02/1910**. Relação dos objetos existentes na 5ª aula pública mista em 30 de novembro de 1907. p. 1, 1v., 2v., 3, 4v. e 5.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. **Quadro de escolas públicas da 1ª região escolar** – advindo do Decreto n. 124c de 15 de janeiro de 1898. Folhas avulsas.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 9 de Novembro de 1915**

**e Lei do Orçamento para o Exercício de 1916.** Innocencio de Mattos Miller. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Casa de Correção, 1916.

ARRIADA, E; NOGUEIRA, G. M.; VAHL, M. M. A sala de aula no século XIX: disciplina, controle, organização. **Conjectura: filosofia e educação.** Caxias do Sul, n. 2, v. 17, p. 37-54, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/1649>. Acesso em: 11 maio 2020.

BIAVASCHI, M. A. C. Coronelismo na região colonial italiana: Antônio Prado (1903-1928). **Historiae**, Rio Grande, v. 2, n. 3, p. 171-186, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2617/0>. Acesso em: 31 mar. 2020.

BRASIL, Decreto n. 1895 de 23 de dezembro de 1912. *In*: Relatório apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, 1913. p. 288-290. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/189956>. Acesso em: 08 jun. 2020.

BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. *In*: BURKE, P. **A escrita da História: novas perspectivas.** São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CASTRO, C. A. (Org.). **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos** (MA, SP, PR, SC e RS) – 1870/1925. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2011.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano.** 1 Artes do fazer. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994.

Diário de Notícias. Ano XXXIX, n. 48, 28 abr. 1963, p. 04, 2º Caderno.

DUSSEL, I. La cultura material de la escolarización: reflexiones en torno a un giro historiográfico. *In*: **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 76, p. 13-29, jul./ago. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/67776/39568>. Acesso em: 28 maio 2020.

FERBER, L. P.; KINCHECKI, A. P. S.; SOUSA, G. R. Móveis Cimo S.A: notas iniciais acerca do mobiliário em escolas primárias catarinenses. **Revista @mbienteeducação**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 44 - 53, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/96/373>. Acesso em: 11 maio 2020.



GARCIA, G. A. **Itinerário moveleiro**: o provimento material escolar para a instrução primária paranaense – anos finais do século XIX e início do século XX. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://www.prrpg.ufpr.br/siga/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=76382&idprograma=40001016001P0&anobase=2020&idtc=1527>. Acesso em: 05 maio 2020.

GRAZZIOTIN, L. M. M.; FERREIRA, I. Z. A educação em nossos municípios. Trabalho apresentado para a disciplina História da Educação II do curso de Pedagogia da Universidade de Caxias do Sul. 1984.

KINCHESCKI, A. P. S.; SOUSA, G. R.; SILVA, V. L. G. Objetos da escola: modernidades que (im) portam! *In: Plures Humanidades*, v. 1, n. 1, p. 6-21, 2019. Disponível em: <http://seer.mouralacerda.edu.br/index.php/plures/article/view/479/358>. Acesso em: 08 maio 2020.

LA TRASMIGRAZIONE II. La Libertà. Garibaldi, ano 1, n. 50, p. 1, 19 fev. 1910.

LEBRUN, J. **Almanack escolar do Estado do Rio Grande do Sul**. Diretoria Geral da Instrução Pública. Edição oficial de 1935. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1935.

MEDA, J. A “história material da escola” como fator de desenvolvimento da pesquisa histórico-educativa na Itália. *In: Revista Linhas*. Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 7-28, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723816302015007>. Acesso em: 08 jun. 2020.

MIGLIORANZA, C. I. V.; POSSAMAI, Z. R. “De acordo com a moderna pedagogia”: as lições, as coisas e a materialidade na Instrução Pública do Rio Grande do Sul (1891-1928). **Cadernos de História da Educação**, v. 19, n. 2, p. 513-534, maio/ago. 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/54498/28860>. Acesso em: 07 maio 2020.

MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI. Bollettino del ministero degli affari. Parte amministrativa e notiziario. n. 40, série 13, Tipografia di Gabinetto del Ministero degli affari esteri. Roma: jan. 1895, p. 84-87. *In: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; ROMANATO, Gianpaolo. Fontes Diplomáticas: Documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Tomo I. 2017, p. 196-200. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/editora/e-books/historia-e-imigracao/>. Acesso em: 04 abr. 2019.*

O COSMOPOLITA: **Orgam dos interesses coloniais**, ano III, n. 121, 15 out. 1904, p. 2.

O COSMOPOLITA: **Orgam dos interesses coloniais**. ano III, n. 114,27 ago. 1904, p. 1.

PERES, El.; SOUZA, G. Aspectos teóricos-metodológicos da pesquisa sobre cultura material escolar: (im)possibilidades de investigação. In: CASTRO, C. A. (org.). **Cultura material escolar**: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS) – 1870/1925. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2011.

PESCIOLINI, R. V. **Le colonie italiane nel Brasile meridionale**. Torino: Fratelli Bocca, 1914.

PETROCCHI, L. Le colonie italiane del distretto di Bento Gonçalves (Rio Grande do Sul). BE. p. 15-16, 1904. In: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; ROMANATO, Gianpaolo. **Fontes Diplomáticas**: Documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Tomo II. 2017. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/editora/e-books/historia-e-imigracao/>. Acesso em: 04 abr. 2019, p. 379- 380.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 89 de 02 de Fevereiro de 1897. In: RIO GRANDE DO SUL. **Leis, actos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. 1897. Porto Alegre: Oficinas Typographicas de Echenique, 1897. p. 162-201. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100091?show=full>. Acesso em: 05 maio 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Dr. Julio Prates de Castilhos pelo Secretário dos Negócios do Interior, Dr. João Abbott, em 31 de julho de 1896. Porto Alegre: Livraria Americana, 1896. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/163647>. Acesso em: 09 maio 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 20 de agosto de 1902. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/174187>. Acesso em: 01 jun. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e

Exterior, em 15 de setembro de 1906. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/175167>. Acesso em: 01 jun. 2020.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2006.

SILVA, V. L. G.; PETRY, M. G. (org.). **Objetos da escola**: espaço, e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – Séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012.

SILVA, V. L. G.; SOUZA, G.; CASTRO, C. A. (Org.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica**: escritas e possibilidades. Vitória: UFES, 2018.

SOUZA, Gisele de; SILVA, Vera L. Gaspar da. Artefatos escolares e saberes em apresentação: estudos de cultura material. **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, v. 35, n. 76, p. 7-12, jul./ago. 2019.

SOUZA, R. F. Inovação educacional no século XIX: a construção da escola primária no Brasil. **Cad. CEDES**. 2000. n. 51. p. 9-28. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n51/a02v2051.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

VIDAL, D. G. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e práticas escolares. *In*: **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 25-41. jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/2-vidal.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2020.

VIDAL, D.G. **Culturas escolares**: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIÑAO FRAGO, A. Espaços, usos e funções: a localização e a disposição física da direção escolar na escola graduada. *In*: BENCOSTTA, M. L. A. (org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 15-47.

VIÑAO FRAGO, A. Historia de la educación y historia cultural: Posibilidades, problema, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas: SBHE, p. 63-82, set./dez. 1995. Disponível em: <http://educacao.uniso.br/pseletivo/docs/FRAGO.pdf>. Acesso em: 23 maio 2019.

Recebido em: junho/2020

Aceito em: setembro/2020